OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 1-20, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

HISTÓRIA DIGITAL E HISTÓRIA DIGITAL DA EDUCAÇÃO

Bases teórico-metodológicas da prosopografia e da História Digital no estudo de mulheres intelectuais, editoras e professoras na História da Educação

Theoretical and methodological foundations of Prosopography and Digital History in the study of women intellectuals, editors, and teachers in the History of Education

Fundamentos teóricos y metodológicos de la Prosopografía y la Historia Digital en el estudio de las mujeres intelectuales, editoras y maestras en la Historia de la Educación

Lucas José Magalhães Alves[1]
orcid.org/0000-0001-7657-1246
lucasmagalhaesalves@hotmail.com

Vera Lúcia Nogueira[2]
orcid.org/0000-0002-4589-6010
vera.nogueira@uemg.br

Recebido em: 30 ago. 2024.
Aprovado em: 22 ago. 2025.
Publicado em: 19 maio. 2026.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

Resumo: À luz da prosopografia e da História Digital, o artigo discute bases teórico-metodológicas de uma investigação que considerou sete mulheres como intelectuais da Educação. Especificamente, busca apresentar o percurso, os procedimentos metodológicos e as fontes digitais, bem como as contribuições, advertências e sugestões em relação ao uso de *software* de análise de dados na produção de uma História da Educação. A prosopografia estuda biografias coletivas de indivíduos que compartilharam projetos, assim exigindo articulação de muitas fontes. A obtenção dessas fontes é desafiadora em estudos sobre mulheres intelectuais devido à escassez de acervos especializados sobre elas. No entanto, os recursos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital auxiliam no mapeamento de fontes via busca em impressos. Obtidas as fontes, *softwares* profissionais, produzidos para uso de pesquisadores, permitem arquivar, categorizar, analisar as fontes e criar metadados. Destacamos que as tecnologias digitais trazem desafios ao trabalho do historiador da educação, tanto técnicos quanto teóricos, além de exigir reflexão sobre seu impacto na historiografia, especialmente na visibilização das experiências de mulheres e outros sujeitos historicamente invisibilizados.

Palavras-chave: biografias coletivas; História das Editoras; mulheres na edição.

Abstract: Based on prosopography and Digital History, the article discusses the theoretical-methodological basis of an investigation that considered seven women as intellectuals in Education. Specifically, it seeks to present the trajectory, methodological procedures, and digital sources, as well as the contributions, warnings, and suggestions regarding the use of data analysis software in the production of an Educational History. Prosopography studies collective biographies of individuals who shared projects, thus requiring the articulation of many sources. The acquisition of these sources is challenging in studies on women intellectuals due to the scarcity of specialized collections about them. However, the resources of the Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital assist in mapping sources through the search in printed materials. Once the sources are obtained, professional software, developed for researchers' use, allows for archiving, categorizing, analyzing the sources, and creating metadata. We emphasize that digital technologies bring challenges to the work of the education historian, both technical and theoretical, in addition to requiring reflection on their impact on historiography, especially in making the experiences of women and other historically invisible subjects visible.

Keywords: collective biographies; history of publishers; women in publishing.

Resumen: Con base en la prosopografía y en la Historia Digital, el artículo discute la base teórico-metodológica de una investigación que consideró a

[1] Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[2] Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

siete mujeres como intelectuales de la Educación. Específicamente, busca presentar el recorrido, los procedimientos metodológicos y las fuentes digitales, así como las contribuciones, advertencias y sugerencias en relación con el uso de software de análisis de datos en la producción de una Historia de la Educación. La prosopografía estudia biografías colectivas de individuos que compartieron proyectos, lo que exige la articulación de muchas fuentes. La obtención de estas fuentes es un desafío en estudios sobre mujeres intelectuales debido a la escasez de archivos especializados sobre ellas. No obstante, los recursos de la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional Digital ayudan en el mapeo de fuentes a través de la búsqueda en impresos. Una vez obtenidas las fuentes, software profesional, producido para el uso de investigadores, permite archivar, categorizar, analizar las fuentes y crear metadatos. Destacamos que las tecnologías digitales traen desafíos al trabajo del historiador de la educación, tanto técnicos como teóricos, además de exigir reflexión sobre su impacto en la historiografía, especialmente en la visibilización de las experiencias de mujeres y otros sujetos históricamente invisibilizados.

Palabras clave: biografías colectivas; historia de las editoriales; mujeres en la edición.

1 Introdução

Desde a década de 1970, reformas paradigmáticas instigam objetos, sujeitos, abordagens e problemas que até então não protagonizavam as pesquisas históricas (Le Goff; Nora, 1995). Tal cenário, junto ao feminismo emergente em 1960, favoreceu a atual extensão de estudos na História da Educação sobre mulheres e seus projetos políticos, sociais e culturais (Fialho *et al.*, 2019; Guedes; Passos, 2022; Lopes; Galvão, 2010). Projetos esses desenvolvidos, sobretudo, nos séculos XIX e XX, quando o Ensino Primário se consolidou como ofício feminino e, também, ocorreu significativa expansão da imprensa nacional (Telles, 2015).

Apesar disso, uma revisão de literatura de Tizott (2019) denota o baixo número de estudos nacionais sobre o protagonismo feminino como sujeito intelectual. À exceção de, citemos um dos pioneiros estudos, Chamon (2005), sobre uma professora considerada intelectual engajada nos debates educacionais em fins do século XIX. Ao problematizar os resultados de Tizott, Evelyn Orlando (2020, p. 3) destaca que "nos trabalhos sobre mulheres elas raramente figuram como intelectuais e os trabalhos sobre intelectuais raramente versam sobre mulheres".

Apesar de "editar" ser um dos primeiros meios pelos quais o feminino adentrou nos debates intelectuais no país (Pereira, 2021), no campo da editoria também há incipiência de estudos na História da Educação que assumam mulheres como protagonistas e, particularmente, na condição de intelectuais, conforme constatado em levantamento[3] realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerado um dos maiores acervos científicos virtuais do país.

Dadas as problemáticas, o objetivo aqui é apresentar proposições teórico-metodológicas que contribuam com estudos sobre mulheres intelectuais e editoras na Educação. Para isso, destacamos o uso da prosopografia, das ferramentas da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e do *software* profissional MaxQDA desenvolvido para a análise sistemática e interpretativa de dados qualitativos e mistos, obtidos por intermédio de grande volume e variedade de fontes. Ainda, lançamos mão das experiências adquiridas na produção da dissertação, referida anteriormente, que se dedicou ao estudo da trajetória, de itinerários e sociabilidades de sete mulheres editoras à frente da *Revista Educando*, um impresso representativo da Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), voltado à orientação técnico-pedagógica do professorado, entre 1940 e 1945. Em suma, o projeto intelectual da Revista perpassou redes de sociabilidades construídas no associativismo docente do magistério primário e na promoção dos princípios da Educação Ativa[4], considerada, à época, a mais moderna entre a intelectualidade pedagógica nacional.

Nas discussões, inicialmente, abordamos uma proposição de quadro teórico fundamentado na História das Intelectuais em diálogo com a História da Edição. Depois, analisamos a aplicabilidade da prosopografia na História da Educação,

[3] Nenhum dos seis artigos localizados aborda o liame teórico desejado. Alguns tratam da produção de saberes de mulheres em periódicos, mas sem relação simultânea com mentoria, produção e editoração. Ver Alves (2023).

[4] Uma das principais características do escolanovismo que tomou corpo no início do século passado, orientando os programas de formação inicial e continuada das professoras mineiras (Peixoto, 2003).

com ênfase na localização de fontes, a partir da História Digital. Problematizamos a relevância, os cuidados e os desafios do emprego da BNDigital em pesquisas biográficas e, por fim, abordamos sobre o uso do *software* MaxQDA em investigações prosopográficas utilizando a Análise de Conteúdo.

2 Proposição teórica para estudos sobre mulheres intelectuais

A partir da primeira metade do século XX, o fazer histórico ocidental se afasta das investigações sobre intelectuais, creditando que focalizavam em sujeitos já pertencentes a uma elite financeira ou socialmente compreendida como encarnada em inata e/ou profusa cognição que, como fenômeno, legitimava seus fazeres e saberes entre diferentes camadas sociais e políticas (Sirinelli, 2015). O retorno desses sujeitos à História ocorreu na década de 1970, com o advento das reformulações paradigmáticas (Hansen; Gomes, 2016).

Atualmente, estudos na História da Educação prezam não apenas pelas ideias produzidas por um indivíduo, mas também pelos processos de formação, redes de sociabilidades, viagens, posições e estratégias que caracterizam algum sujeito como intelectual em um espaço-tempo (Lopes; Galvão, 2010).

Dentre as definições possíveis para "intelectual", optamos pelas de Sirinelli (2015), cuja sistematização categórica comunica-se com a prosopografia e as ferramentas digitais de busca e de análise. O autor articula duas acepções: uma ampla, que engloba os criadores e os mediadores culturais; uma estreita, que acata os sujeitos (podendo derivar ou não da primeira acepção) engajados politicamente na *cité*[5], ou seja, que participam, interferem e contribuem em práticas culturais e em ações políticas de forma coletiva.

Evelyn Orlando reconhece as bases de Sirinelli, mas ressalta que o autor remete "sujeitos" como referência a intelectuais, tornando-se urgente que estudos na História da Educação situem mulheres intelectuais como "sujeitas" que "se configuram como intelectuais em relação aos homens no interior do **campo**", tendo em vista as disputas travadas "não apenas com os homens, mas também entre si, as negociações tácitas que empreendem" e "os micropoderes que exercem a partir daí" (Orlando, 2020, p. 7, grifo nosso).

Nessas proposições, "campo" é um recorte "social de relações objetivas" (Bourdieu, 2007, p. 64) demarcado pelas disputas por posições entre "agentes e organizações" (Thompson, 2013, p. 8). Assim, o campo da editoria é "uma pluralidade de mundos" (Thompson, 2013, p. 9) "relativamente autônomo e capaz de retraduzir segundo sua própria lógica as forças externas" (Bourdieu, 2018, p. 205). Quando esse está vinculado ao ensino, tornam-se profícuas investigações que se debrucem nas práticas e ações de mulheres, pois tais atuações quanto "à educação e à pedagogia e sua contribuição como intelectuais da educação ainda são pouco conhecidas" (Orlando, 2021, p. 57), vide que as produções históricas nacionais tendem a situar homens como os intérpretes do país e, com isso, da Educação (Orlando, 2020). Não à toa, ao falar de intelectuais, a memória comum traz "quase sempre uma figura masculina" (Orlando, 2021, p. 46) e, ao falarmos de "editoras", pensamos imediatamente em casas editoriais e mais raramente em uma mulher ou em "um cargo que também pode ser ocupado por uma profissional do sexo feminino" (Ribeiro, 2018, p. 268).

Portanto, investigar editoras e intelectuais na educação é uma luta contínua por espaços não estabelecidos nas ciências (Orlando, 2021; Ribeiro, 2018). Não é, pois, redundante demarcar que tais análises demandam atenção léxica que assuma "noções não neutras nem simplesmente pretensamente universais" (Ribeiro, 2023, p. 167). Debates como esses justificam nossa opção pelos termos "História **das** Intelectuais", "História **das** Editoras" e "sujeit**a**s".

Prosseguindo, Hansen e Gomes (2016) expandem as ideias de Sirinelli. Para as autoras, não existem barreiras rígidas entre intelectuais

[5] Seguimos Alves (2019), especialista na obra de Sirinelli, e não traduzimos "*cité*", pois seu significado em francês não tem equivalente em português, referindo-se à participação na comunidade e nas decisões coletivas.

criadores – cujas leituras são socialmente reconhecidas como eruditas – e mediadores – que atuam na mediação de conhecimentos e nem sempre são reconhecidos –, podendo haver quem incorpore ambos os perfis. O que os diferencia "são as práticas culturais e os projetos políticos com os quais [...] (individualmente ou em grupo) atuam em determinado contexto" (Hansen; Gomes, 2016, p. 26-27).

As ações de um mediador são designadas "como atividades ou práticas de mediação cultural" e voltam-se para a circulação de "produtos ou bens culturais". Para tal fim, apropriam-se[6] de conhecimentos – por vezes, já legitimados sociopoliticamente –, os interpretam e os divulgam em linguagem acessível entre pares e/ou não pares. Por excelência, professoras enquadram-se como mediadoras, pois aproximam "seus públicos a bens culturais, fazendo-os conhecê-los de antemão" (Hansen; Gomes, 2016, p. 24).

Sem perder de vista o debate, reflitamos sobre as práticas de edição. Para Coutinho *et al.* (2023, p. 14), "editar" é a "interferência e intercessão em diferentes tipos de produtos de informação e comunicação que se deseja tornar público"; já Chartier (1999, p. 50) define como "uma profissão de natureza intelectual e comercial que visa buscar textos e encontrar autores, ligá-los ao editor, controlar o processo que vai da impressa e da obra até a sua distribuição". Logo, um "editor" se encarna na mediação de saberes que se incorporam, como fim, em um produto cultural, seja ele livro, revista, teatro ou outro.

Tais definições também se aplicam à categoria "editora" se, para isso, considerarmos as particularidades dessas intelectuais. Inicialmente, tomemos nota de que a participação feminina na vida letrada brasileira começou justamente na edição "de periódicos, quando as poucas mulheres letradas [...] se detêm sobre o trabalho de curadoria de textos que reivindicavam direitos para as mulheres" (Pereira, 2021, p. 125). Dessa forma, desde o século XIX, o campo editorial é espaço fértil de inserção feminina no mundo erudito público do Brasil via produção e/ou edição. Logo, impressos são fontes valiosas àquelas(es) que aspiram narrar uma "editora inenarrada" que se engajou nos campos pedagógico, intelectual e editorial.

Não necessariamente uma mulher precisa de registro jurídico, ISBN ou alguma direção clara de linha editorial para ser uma "editora". Por vezes, os engajamentos editoriais femininos "nascem da percepção de que editar e publicar são atitudes, são políticas, são gestos, são entrar em um campo" [...] "da percepção de que há algo a dizer que não vem sendo dito" (Ribeiro, 2023, p. 19). Uma editora pode surgir em uma região na qual "[...] nada chegava. Os livros não vinham, os correios não passavam, as livrarias eram inexistentes, as bibliotecas idem, um mapa de ausências perigosas, sentidas por alguns como oportunas" (Ribeiro, 2023, p. 26).

Nessas circunstâncias, "impressos" e "periódicos" atuam como meios de intervenção, dialogando com as questões de uma época e expressando posicionamentos, com o objetivo de divulgar ideias, modificar realidades e transformar o conhecimento (Sarlo, 1992). Podemos assumir que, quando mentoras iniciam um projeto editorial dizendo "lancemos uma revista", expressam "façamos política cultural" (Sarlo, 1992, p. 9).

Consequentemente, uma mulher que simultaneamente ocupa funções de professora, de editora e de intelectual tende a engajar-se e a desenvolver ações políticas e práticas culturais vinculadas a projetos organizados em "redes de sociabilidades" que denotam os sentimentos e as racionalidades engendradas nas convivências contínuas entre determinadas(os) intelectuais, com referência a uma "sensibilidade ideológica ou cultural comum e afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes" (Sirinelli, 2015, p. 248).

Essas redes podem estar imbricadas em uma "geração", a qual vai "além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes"

[6] Para Chartier (1999), as apropriações remetem a interpretações, a suas determinações fundamentais (sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.

(Sirinelli, 2015, p. 255). Seu cerne está na "existência de um tempo interior não mensurável, que aproxima os indivíduos e acontecimentos políticos às influências culturais e às respostas que se elaboram em relação a essas influências e que conformam as marcas identitárias de um grupo" (Xavier, 2016, p. 474).

As nuances de uma geração podem ser captadas nos "itinerários" de sujeitos(as) em rede. Sob esse prisma, os estudos de "itinerários" visam construir mapas, o quanto possível, precisos dos eixos de engajamentos das trajetórias de intelectuais, proporcionando leituras inteligíveis de percursos particulares e em grupo (Sirinelli, 2015). Com frequência, essas investigações acarretam desafios nos processos de recriação e interpretação; todavia,

> [...] o estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. O que não dispensa – pois não é contraditório – localizar os campos magnéticos [...] que, num determinado período, atraíram os intelectuais (Sirinelli, 2015, p. 246-247).

Então, generalizações são inevitáveis em estudos de itinerários, requerendo cuidados que minimizem imprecisões. Inicialmente faz-se necessário localizar dados individuais de cada uma das pessoas investigadas; após, confrontar os dados de modo que se transponham em interseções em "uma plataforma de reconstituição de trajetórias que se cruzam, incorporando elementos que ponham em relevo os encontros, as leituras, as posições institucionais, constituindo **prosopografias**" (Alves, 2019, p. 34, grifo nosso).

3 A prosopografia como método na História da Educação

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, interessa-se pelos fenômenos humanos que constituem a pesquisa na História (Stone, 2011) e na História da Educação (Haydn, 2022). Nos últimos trinta anos, o método tem sido amplamente utilizado por pesquisadores de diferentes áreas e países, com destaque para a crescente produção de artigos no contexto brasileiro (Martins-Ribeiro; Dudeque-Pianovski-Vieira, 2024).

O método prosopográfico visa promover estudo comum de um grupo de indivíduos em redes de sociabilidades demarcadas por práticas culturais e ações políticas (Stone, 2011). Sua execução exige considerável acúmulo de dados privados e públicos que permitam "investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação" (Stone, 2011, p. 115). Essas informações são então "justapostas, combinadas e examinadas em busca de variáveis significativas" (Stone, 2011, p. 115). Logo, favorece a pesquisa com um grande volume de informações, evidenciando a relevância do uso de ferramentas digitais para busca e análise de dados (Castro, 2016; Haydn, 2022).

Não há número exato de indivíduos para uma análise prosopográfica. Em verdade, dependerá da quantidade de integrantes da equipe de pesquisa e de suas disponibilidades físicas e temporais diante alguma problemática. Cabe-nos observar que o método funciona melhor "quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado de não muito mais que 100 anos" (Stone, 2011, p. 131). A prosopografia não busca, portanto, produzir uma história total de itinerários, dado que seria algo impossível ao passo em que não arquivamos nem "pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs de nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade e manipulamos a existência" (Artières, 1998, p. 3 *apud* Moreira, 2021, p. 172).

A pesquisa que deu origem a este artigo contou com dois de anos para o estudo prosopográfico dos itinerários de sete mulheres, entre 1927 e 1945: Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Letícia Chaves Campos, Leonilda Scarpelli Montandon, Maria Luíza de Almeida Cunha, Marieta Leite, Ondina Amaral Brandão e Zembla Soares Pinheiro Chagas. O principal motivo que nos levou a selecionar

essas sete mulheres para um estudo prosopográfico foi o fato de todas terem ocupado funções editoriais na *Revista Educando*, um impresso de orientação técnico-pedagógica que contou com 39 números publicados entre 1940 e 1945. Com o fim da publicação da Revista, esse grupo intelectual se dispersou. Sob os auspícios da APPMG, o escopo da Revista eram a promoção da Educação Ativa e o fortalecimento do sentimento de classe entre docentes primárias. Seus números contaram com ampla circulação, alcançando grande parte de Minas Gerais e algumas cidades do Mato Grosso e da Bahia.

Outra justificativa diz respeito à constatação, após a revisão da literatura, de que essas mulheres eram "editoras inenarradas", isto é, editoras cujas histórias são insuficientemente estudadas, contribuindo com "a falsa impressão de que mulheres não se dedicam às questões editoriais" (Pereira, 2021, p. 124). Assim, o referencial teórico e o método das biografias coletivas se mostraram oportunos, uma vez que nos guiariam não apenas aos itinerários individuais dessas mulheres, mas, também, aos seus engajamentos coletivos no projeto editorial da *Revista Educando*, sempre tendo em vista que "o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora" (Sirinelli, 2015, p. 248).

Cabe mencionar que a busca por dados prosopográficos femininos é trabalhosa, pois, se por um lado "o presente possui sempre o recurso às entrevistas, notícias e reportagens, que minoram [...] os problemas de aquisição das informações, por outro, o passado ressente-se de poucos locais por onde possa se espraiar" (Moreira, 2021, p. 173). Outrossim, quanto mais afasta-se do hodierno, maiores as chances de escassez de fontes sobre alguma mulher editora e intelectual da educação, seja pela predominância masculina no campo editorial durante a modernização brasileira (Ostos, 2012), seja pelo interesse tardio da História pelas mulheres (Lopes; Galvão, 2010), seja, ainda, pela até recente concentração que a História da Educação lançava em aspectos apenas práticos do feminino, negligenciando as produções intelectuais dessas mulheres (Tizott, 2019). Para expandir o debate, observam-se no quadro 1 as principais fontes que localizamos na pesquisa de mestrado.

QUADRO 1 – Principais fontes históricas acessadas na pesquisa de mestrado

Local	Cidade	Fonte	Tipo
Acervo físico e público do Arquivo Público Mineiro	Belo Horizonte	Revista Educando	Periódicos
Acervo físico e público da Biblioteca do Professor	Belo Horizonte	Fotos da educação de Minas Gerais; entrevistas	Fotográficos; relatos orais
Acervo físico e privado da APPMG	Belo Horizonte	Estatutos; atas de reunião; fotografias	Documentos de instituições
Acervo físico e público da Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	Jornal Minas Gerais	Periódicos
Acervo digital e público da HBND	Rio de Janeiro	Diversos periódicos	Periódicos
Acervo físico e público da Escola Estadual (E.E.) Ondina Amaral Brandão	Belo Horizonte	Memorial da Escola	Documentos de instituições
Acervo físico e público da E.E. Letícia Chaves Campos	Monte Carmelo	Memorial da Escola	Documentos de instituições
Acervo físico e público do IEMG	Belo Horizonte	Pastas Funcionais; documentos da Escola Normal da Capital	Pastas funcionais; Documentos de instituições

Local	Cidade	Fonte	Tipo
Acervo físico e público da E. E. Guido Marlière	Cataguazes	Termo de contratação	Documentos de instituições
Acervo físico e público da Fundação Calmon Barreto	Araxá	Recortes de livros e revistas; Violino de Leonilda; Araxá em Revista	Literários; periódicos; fotográficos
Arquivo privado de Marieta Leite	Muzambinho e outras regiões	Relatos orais; fotografias; recortes de periódicos	Relatos orais; fotográficos; periódicos
Cemitério público	Belo Horizonte	Jazigos	Monumentais

Fonte: elaboração própria.

Resumidamente, as fontes provêm de doze locais (dez acervos, um arquivo familiar e um cemitério) – dez são públicos e dois privados – e abrangem três estados do Brasil (MG, SC e RJ), com maioria de Belo Horizonte. Acerca dos tipos de fontes, os impressos/periódicos são majoritários; seguidos por documentos de instituições, fotográficos, pastas funcionais, relatos orais, literários e monumentais.

As buscas ocorreram durante um ano e meio, exigindo-nos visitas a acervos, viagens e negociações. Em momento inicial, a busca ocorreu em ambientes físicos muito utilizados em produções na História da Educação de Minas Gerais: o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca do Professor, a APPMG, o Instituto de Educação de Minas Gerais e a Hemeroteca da Biblioteca Estadual de Minas Gerais. Ali localizamos fotografias, normas, atas de reuniões, registros funcionais, jornais e revistas que dão luz a cinco espaços de sociabilidades compartilhados pelas professoras em Belo Horizonte, entre 1927 e 1945: o 1º Congresso de Instrução Primária de Minas Gerias, a APPMG, a Escola de Aperfeiçoamento, a Assistência Técnica Pedagógica e a Escola Normal Modelo de Belo Horizonte[7].

No entanto, por mais "paciência de leitura" (Farge, 2009, p. 59), realizada em silêncio, os documentos consultados não forneceram informações suficientes sobre os itinerários dessas mulheres. Isso nos exigiu o uso de elementos de uma "História Digital"[8], aqui compreendida com uma ferramenta "aberta de produção e de comunicação acadêmica, abrangendo o desenvolvimento de novos materiais didáticos e coleções" a partir da busca e da análise de fontes por meio das "novas tecnologias de comunicação computadorizadas, da rede da *Internet* e dos sistemas de *software* [...] abrangendo o desenvolvimento de novos materiais didáticos e coleções de dados acadêmicos" (Cohen *et al.*, 2008, p. 454).

Inicialmente, na Biblioteca do Professor de Minas Gerais, acessamos o *Digital Versatile Discs* (DVDs) do projeto "História Oral", da década 1990. Ali, encontramos entrevistas com dez professora que relatam experiências com as editoras da *Revista Educando* e que assim revelaram detalhes do cotidiano na Escola de Aperfeiçoamento. Grande parte dos dados só foram assim acessíveis dessa forma, o que ressalta a importância da História Oral, que, quando arquivada digitalmente, conforme Thompson (2009), transcende os tempos e os espaços de sua produção.

Prosseguindo, utilizamos ferramentas de busca livre na rede mundial de computadores (*web*), como Google e Yahoo Busca, para pesquisar instituições com o nome de alguma das editoras, partindo do pressuposto de que espaços escolares podem conter acervos "constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente" (Vidal, 2005, p. 19). Como resultado, localizamos a Escola Estadual Ondina Brandão,

[7] Em Peixoto (2003), há detalhes sobre o que foram esses cinco ambientes.
[8] Sobre definições e conceito de "História Digital", *cf.* Costa (2015) e Prado (2021). Sobre o uso dos arquivos digitais na História da Educação, Vidal (2022), Vidal e Paulilo (2020).

de Belo Horizonte, e a Escola Estadual Letícia Chaves, de Monte Carmelo (MG), que disponibilizam seus memoriais com dados sobre as patronas. A primeira, contatamos pessoalmente; a segunda, comunicamos via telefone e, na sequência, o corpo gestor compartilhou conosco as fontes por *e-mail*.

Em ordem parecida está a Escola Estadual Guido Marlière, de Cataguases (MG). As buscas na *web* nos levaram ao seu sítio virtual[9] (*site*), que em seu breve memorial virtual indica Dulcie Kanitz como a primeira diretora do, fundado em 1931, Grupo Escolar. Dada a impossibilidade de visita física, a gestão da escola enviou-nos por *e-mail* uma cópia do termo de contratação de Dulcie Kanitz.

Também adentramos grupos na rede social Facebook voltados à difusão não especializada de fotos antigas de Belo Horizonte ou das cidades de origem das professoras. A saber: Dulcie Kanitz, Rio de Janeiro (RJ); Letícia Chaves e Leonilda Montandon, Araxá (MG); Marieta Leite, Guaranésia (MG) e Muzambinho (MG); Maria Luiza de Almeida Cunha, Rio de Janeiro e Barra Mansa (RJ); Ondina Brandão, Juiz de Fora (MG); Zembla Chagas, Teófilo Otoni (MG). Nos últimos anos, as redes sociais digitais têm sido espaço fértil para a busca histórica, sobretudo mediante o extenso compartilhamento de informações que possibilitam o contato direto de memórias de indivíduos e/ou de instituições escolares, não propriamente disponíveis em acervos especializados (Prado, 2021). Nessa ordem, além de imagens que, advertimos, devem observar com rigor a Lei Geral de Proteção de Dados, n. 13709/2018, esperávamos nos grupos virtuais localizar familiares ou outras pessoas que tivessem convivido com alguma das sete mulheres, em vida, a fim de que nos disponibilizassem outras fontes não disponíveis na *web*. Expusemos tais ensejos, via postagens públicas, nos grupos e alcançamos resultados para as professoras Leonilda Montandon, Letícia Chaves e Marieta Leite.

No caso de Leonilda Montandon e Letícia Chaves, usuários sugeriram que buscássemos o Museu Calmon Barreto, de Araxá, possuidor de acervo da intelectualidade da cidade. Contatamos o referido museu por telefone e os funcionários compartilharam por *e-mail* textos escritos por Leonilda e Letícia. Junto, informaram-nos que há uma parte do próprio museu dedicada a Leonilda e que seria proveitoso o contato pessoal. Fomos a Araxá e tivemos acesso a uma fotografia e a um dos violinos da sujeita.

Além disso, por meio de mediação de usuários do *Facebook*, conhecemos a araxaense Lygia Maneira Cançado. Dona Lygia esteve à frente de ações culturais do Museu Calmon Barreto na década de 1980, foi aluna de Leonilda Montandon no curso normal do Colégio São Domingos, de Araxá, e é filha de Clóvis Cardoso Júnior, o qual atuou ao lado de Leonilda Montandon em projetos musicais. Além de relatos, Dona Lygia nos doou a primeira edição do *Araxá em Revista*, impresso que dedica suas páginas à vida e obra de Leonilda Montandon.

No caso de Marieta Leite, uma profissional da área de patrimônio de Muzambinho, Isis Vilhena, percebeu nosso *post* e dispôs-se a auxiliar-nos na busca por contatos de familiares da sujeita. A partir de ligações telefônicas entre França e cidades do sudeste e sul brasileiros, Isis localizou dois grupos de familiares, que nos disponibilizaram fotografias e relatos sobre Marieta Leite via mensagens por meio do aplicativo *WhatsApp*.

Concomitantemente, decidimos visitar os jazigos das editoras da *Revista Educando*, tendo-os como "acervo raro naquilo que diz respeito a um modo de culto aos mortos, bem como à produção artística e à história" (Almeida, 2019). Nisso, lançamos mão do "Sistema de Necrópoles do Município de Belo Horizonte"[10], que é um banco de dados público voltado à rápida localização de jazigos dispostos em cemitérios de Minas Gerais a partir de busca de nomes e de sobrenomes. Encontramos jazigos de cinco das professoras

[9] BLOG da Escola Estadual Guido Marlière. Disponível em: https://escolaguidomarliere.blogspot.com/. Acesso em: 26 jul. 2024.
[10] SISTEMA DE NECRÓPOLES DO MUNICÍPIO (SINEC) DE BELO HORIZONTE. Disponível em: https://sinec.pbh.gov.br/. Acesso em: 9 jul. 2024.

investigadas. Em visita, tomamos nota de fotos, informações sobre nascimento e morte, casamento e filiação, detalhes de religiosidades e outros.

Por fim, durante o um ano e meio de buscas por fontes mantivemos as pesquisas no *site*[11] da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (HBND), um repositório de jornais e revistas que nos ofereceu o maior volume de fontes sobre as sete professoras. Na próxima seção, nos aprofundaremos acerca do uso dessa ferramenta, destacando sua importância e seus riscos.

Por ora, registremos que a natureza metodológica da pesquisa demandou acesso a diversos tipos, meios e lugares nos quais se pudesse obter informações, o que é um aspecto comum à prosopografia, mas que se amplia em estudos sobre mulheres devido à carência de fontes. Contudo, devemos admitir que as editoras da *Revista Educando* são favorecidas em comparação a outras mulheres, pois pertenceram a famílias abastadas e assumiram posições[12] proeminentes no governo de Minas Gerais, integrando as elites econômicas e profissionais do país. Tal fator aumenta a probabilidade da existência de registros, oficiais ou não, acerca das ações de um ser prosopografado (Stone, 2011).

Ademais, evidenciemos a História Digital como ferramenta decisiva e inevitável na localização de fontes prosopográficas, destacando que, até recentemente, biografar coletivamente mulheres, mesmo da elite, era algo trabalhoso, quando não inviável. Por outro lado, não se pode desconsiderar que a facilidade atual de acesso e a abundância de informações via *web* e redes sociais demanda um trabalho árduo do historiador da educação que precisa lidar com impulsionamento de conteúdo midiático, filtros de personalização e com a circulação de informações falsas (Prado, 2021), o que exige novas habilidades e cuidados no trato das informações, bem como maior rigor na seleção, verificação dos fatos e triangulação das fontes (Vidal, 2022; Vidal; Paulilo, 2020).

4 O uso da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital em pesquisas prosopográficas

No âmbito da História Digital, a digitalização de um documento somente é "verdadeira" se dispuser de conteúdo estável e fidedigno entre original e cópia, pois "qualquer tipo de erro, negligência ou até mesmo má-fé no processo computacional [...] é determinante no trabalho historiográfico" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 201). Assim, a digitalização não desmaterializa a fonte, mas, sim, a rematerializa (Brasil; Nascimento, 2020).

Nessa "materialidade dos *bits*", os dados das fontes tornam-se datificáveis, portanto passíveis de medições em pixel, comprimento de onda e outros. Idem, tornam-se ambientes de metadados (dados sobre os dados), constituídos por informações complementares sobre o conteúdo, o contexto e a estrutura de uma informação (Brasil; Nascimento, 2020).

No caso específico de documentos de textos, "ocorre algo ainda mais peculiar e que constitui o cerne do processo de datificação: os dados e metadados podem vir a se tornar pesquisáveis" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 202). Tal especificidade desdobra a significativa expansão mundial hodierna de repositórios *on-line* que agrupam documentos (Ayers, 2001).

No Brasil, a Biblioteca Nacional (BN) destaca-se pelo projeto de microfilmagem de periódicos iniciado na década de 1940, criando extenso arquivo usado por pesquisadores, que passavam horas rolando microfilmes e fazendo anotações à mão em visitas presenciais à BN, no Rio de Janeiro (Brasil; Nascimento, 2020). Em 1978, tal projeto se desdobrou no ainda existente Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, o qual visava preservar a memória hemerográfica brasileira, através da identificação, localização, organização, recuperação e microfilmagem de periódicos brasileiros.

Em 2006, com o aumento do acesso de bra-

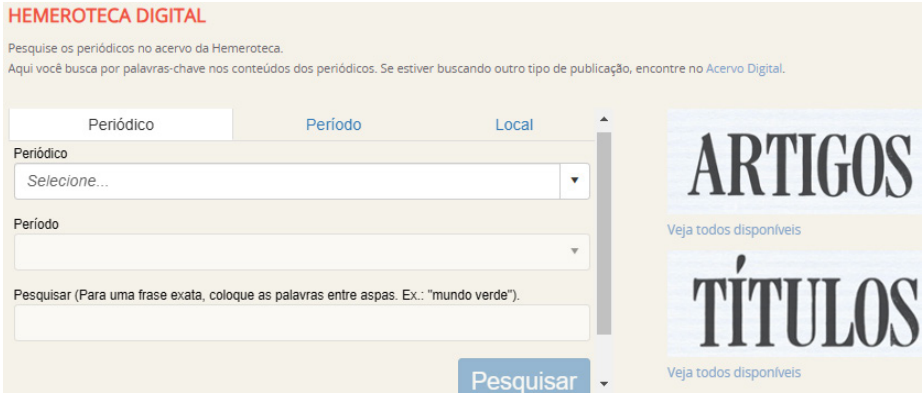
---

[11] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 9 jul. 2024.

[12] Dulcie Kanitz foi diretora de Grupo Escolar; Leonilda Montandon, presidenta da APPMG e assistente técnico-pedagógica; Letícia Chaves, líder de programas na rádio pública e assistente técnico-pedagógica; Marieta Leite, docente na EAMG; Maria Luíza de Almeida Cunha e Zembla Chagas, assistentes técnico-pedagógicas na EAMG e Escola Normal Modelo, e Ondina Brandão, na Escola Infantil Delfim Moreira.

sileiros à *web*, a BN, a fim de preservar originais e disseminar coleções de livros, partituras, fotos, revistas, periódicos e outros, passou a digitalizar seu acervo e a disponibilizá-lo no *site* da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital), criando a Hemeroteca digital Brasileira (HBND), um repositório *on-line* e gratuito que abriga mais de 8.000 periódicos circulados no Brasil entre os séculos XVIII e XXI. Na imagem 1, a seguir, a interface do *site* da HBND.

Imagem 1 – Interface do site da HBND (2024)



Fonte: *Site* da HBND.

Como se vê, o *site* permite que em periódicos digitalizados ocorram pesquisas avançadas por meio de descritores fechados ou abertos e de filtros de "periódico", "período" – disposto em décadas – e "local" de publicação de um periódico, que assistem no "foco da atenção do historiador em relação a temas e assuntos de seu interesse" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 203). Na prosopografia, buscas isoladas pelos nomes das pessoas investigadas com o filtro de "período" podem ser uma boa estratégia para a localização de trajetórias individuais ou em redes.

Há variadas formas para se construir descritores nessas investigações, mas que sempre implicarão "um conhecimento ou interpretação prévia do que é possível encontrar no(s) documento(s)" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 204), pois o exercício de construção de bons descritores é estratégia para o amplo acesso de dados (Barros, 2019). Por fontes escritas e/ou digitalizadas poderem "comportar erros nos caracteres" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 203), sugerimos cautela no uso literal de nomes e sobrenomes como descritores, pois podem restringir os resultados na HBND, já que as buscas isoladas ali correspondem à sequência exata de letras e palavras numa frase de um periódico. Examinemos peculiaridades dessa proposição nos quadros 2 e 3, com resultados parciais de pesquisas nossas feitas entre 2021 e 2022.

Quadro 2 – Buscas Isoladas na HBND (1920-39): Letícia Chaves Campos

Descritor	Resultados iniciais	Resultados inclusos
"Letícia Chaves"	15	13
"Lectícia Chaves"	4	4
"Letícia Campos"	16	4
"Lectícia Campos"	15	0
-	**50**	**21**

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Buscas isoladas na HBND (1920-39): Dulcie Kanitz Vicente Vianna

Descritor	Resultados iniciais	Resultados inclusos
"Dulcie Kanitz"	6	6
"Dulce Kanitz"	12	12
"Dulcie Vianna"	1	1
"Dulce Vianna"	303	38
-	**322**	**57**

Fonte: elaboração própria.

Nos quadros 2 e 3 há resultados de buscas isoladas na HBND sobre as professoras e editoras Dulcie Kanitz Vicente Vianna e Letícia Chaves Campos, respectivamente. Para o debate, demarcamos os dados referentes às décadas de 1920, período de juventude de ambas as professoras, e de 1930, quando, já adultas, integraram redes de sociabilidades comuns em MG.

Os quatro descritores iniciais foram: "Letícia Chaves" e "Lectícia Chaves"; "Dulcie Kanitz" e "Dulce Kanitz". Percebemos desconexões entre a forma escrita e a falada; assim, optamos por ora grafar e ora não grafar o "l" no nome de Dulc**i**e. Em outras fontes, vimos a letra "C" grafada em "Le**c**tícia", o que nos levou a fazer o mesmo em um dos descritores.

Uma peculiaridade que afeta os estudos prosopográficos é a possível existência de dois registros nominais oficiais para mulheres. Antes do advento da Lei Federal n. 6.515/1977[13], o Código Civil Brasileiro de 1916, no artigo 240, exigia que recém-casadas adotassem os sobrenomes dos maridos. Na década de 1920, Dulcie Kanitz se tornou Dulcie Kanitz Vicente Vianna por estabelecer matrimônio com Mario Bulcão Vicente Vianna, e Letícia Chaves se tornou Letícia Chaves Campos por casar-se com Claudino Campos. Com isso, criamos os descritores "Dulcie Vianna" e "Dulce Vianna"; "Letícia Campos" e "Lectícia Campos".

A grafia "Dulce", que diverge do nome de batismo de Dulcie, predomina nos registros da HBND. Enquanto isso, "Letícia", conforme registro de nascimento, aparece com mais frequência. É primoroso notar que Dulcie/Dulce, quando com o sobrenome do pai, Kanitz, gera menos resultados na busca do que quando com o sobrenome do esposo, Vianna. Isso se deve, em parte, aos registros de presença de Dulcie em grandes eventos ao lado do marido, que era um reconhecido oficial judiciário no país. Isso infere na possibilidade de se localizar dados biográficos das mulheres por meio de investigações, especificadamente, dos nomes de seus cônjuges, como descritores nesse repositório digital, embora não tenhamos lançado tal esforço.

Buscas no acervo da HBND podem apresentar um número significativo de dados, levando muitos ao uso deliberado e acrítico de qualquer informação como fato (Brasil; Nascimento, 2020). Como historiadoras e historiadores da educação, devemos conceber que "[...] não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira [...]"; logo, é preciso "desmontar, demolir [...], desestruturar [...] e analisar as condições de produção" (Le Goff, 1994, p. 548). Nessa lógica, sugerimos que os dados iniciais das buscas na HBND sejam baixados, organizados em metadados – no mínimo contendo título, periódico, data de publicação, tipo de recurso, coleção de origem e data de localização – e arquivados em dispositivos de *hardware* ou em um provedor da *internet*. Depois, cabem estudos que identifiquem como e se determinado documento contém dados que lhe qualifiquem como fonte confiável de pesquisa.

Dos cinquenta resultados que localizamos sobre Letícia Chaves na Hemeroteca (quadro 2), consideramos 21 como fontes; já dos 322 resultados iniciais sobre Dulcie (quadro 3), assumimos 57. Com base na prosopografia, assumimos como fontes os recortes de periódicos que noticiaram sobre algumas das professoras ou na cidade onde moravam em determinada época; ou quando apareceram juntas a outra professora-editora da *Revista Educando*; ou se em atividades coerentes aos exercícios profissionais que exerciam nos campos editorial, educacional e intelectual. Certamente, essa amplitude nos demandou constante cruzamento e comparação de dados advindos de outras fontes e literaturas, característica própria de estudos históricos e biográficos (Stone, 2011).

Ressaltemos que as notícias que localizamos sobre Dulcie Kanitz originam-se de jornais como *O Paiz* e *Correio da Manhã*, que eram publicados diariamente e, entre outros temas, relatavam a vida urbana das famílias da elite do Rio de Janeiro, onde ela residiu até a década de 1920. Em contraste, a maioria dos dados sobre Letícia Chaves, que viveu até 1929 na cidade interiorana

---

[13] "Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências" (*cf.* https://encurtador.com.br/w87HI).

de Araxá, encontram-se em Almanaques como o *Laemmert*, que era publicado, anualmente, com grande volume de dados funcionais e empresariais do país.

De certa forma, isso ocorre porque nas décadas de 1920 e 1930 a maioria das casas gráficas e dos periódicos de ampla circulação do Brasil estavam nas metrópoles (De Luca; Martins, 2008). Junto, devemos ter em vista que "a forma e a qualidade dos espaços culturais de recordação" perpassam "por interesses políticos e sociais" (Assmann, 2011, p. 19). Não à toa são majoritários na Hemeroteca os periódicos editorados na cidade sede da BN, o Rio de Janeiro[14], havendo ausência significativa de fontes similares de outras regiões. Assim, tal repositório não dispensa pesquisas prosopográficas do acesso às coleções físicas.

Para além, não esqueçamos que erros humanos (porventura) acidentais ocorrem na produção de documentos (Le Goff, 1994). Em periódicos, além da grafia, como vimos, também são comuns erros de referências à presença ou à ausência de alguém num local ou numa foto. A imagem 2, a seguir, corrobora o debate.

Imagem 2 – Citações e fotos de Marieta Leite e de Dora Cullinan (1955)



Fonte: Tribuna da Imprensa, ed. 1.641, p. 7, 1955.

A imagem 2, obtida na busca por dados da professora Marieta Leite, em 2021, mostra uma página do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, de 23 de maio de 1955, que opina contra uma medida oficial voltada ao uso de distintivos, por alunos financiados pelo governo municipal do Rio de Janeiro, em escolas particulares.

Como argumento de autoridade, o jornal destaca opiniões psicopedagogas do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro. À esquerda da página, uma fotografia atribuída a Marieta Leite é acompanhada da citação "a criança com distintivo visível parece-me contraproducente para os ideais educativos". À direita, uma possível foto de Dora Cullinan é seguida

[14] Como exemplo, em junho de 2024 estavam disponíveis na HBND: 98 periódicos do Espírito Santa, 360 da Bahia, 339 do Rio Grande do Sul, 597 de São Paulo, 992 de Minas Gerais e **2.278 do Rio de Janeiro**.

pela fala "medida anticristã, antidemocrática, antipsicológica".

Há ao menos três erros na página do jornal. Um já rotineiro: grafia! O sobrenome de Cullinan aparece como Culli**m**an. Os outros dois remetem à posição do fragmento discursivo de Marieta Leite que, em realidade, está vinculado à foto de Dora Cullinan e vice-versa. Constatamos esse equívoco por meio de comparação com outras fontes iconográficas e de diálogos com a família de Marieta Leite. Tal ocorrido suficientemente reitera a necessidade de sempre concebermos documentos históricos oriundos da imprensa não como reflexo da realidade, mas como lugar em que há a representação do real (Le Goff, 2014).

À medida que representações são discursos, estratégias e práticas que mostram o mundo da maneira que alguém entende ou deseja que seja entendido (Chartier, 1999), escritos em periódicos possuem força para refletir posições em um campo. Isso é evidente na imagem 2, em que o editorial usa o pronome de tratamento "doutora" para Marieta Leite, protagonizando-a no campo da psicologia pedagógica.

Similarmente, a revista *A Ordem*, em 1932, posiciona Maria Luíza de Almeida Cunha como "expoente dos mais legítimos em a nossa intelectualidade feminina" (Dia [...], 1932, p. 393). Nesse caso, trata-se de um periódico católico carioca, coordenado pelo Centro Dom Vital[15], um espaço significativo de sociabilidades[16] intelectuais para a família de Maria Luíza de Almeida Cunha. Outrossim, aquela notificação no periódico traduz-se em uma presença como "apresentação pública" (Chartier, 1999), uma tentativa de inserção coletiva no campo intelectual e pedagógico do grupo pelo próprio grupo.

Representações em periódicos também evidenciam deslocamentos e disputas. Como exemplo, no *Tribuna da Imprensa*, o político Sebastião Nery recorda sobre um encontro da União Democrática Nacional (UDN), de 1945:

> [...] na hora de escolher a chapa de deputados para a Assembleia Legislativa, Alberto Deodato foi lendo os nomes e se surpreendeu com o número de candidatas mulheres: Jacy de Assis, **Marieta Leite**, Emir Martins de Andrade e Guiomar de Freitas. Deodato brincou: "Mas tem mulher demais. **Isso aqui é um partido ou uma igreja? (**Nery, 1999, p. 6, grifo nosso).

O estranhamento representado no fragmento reverberava o contexto de legitimação da mulher em espaços religiosos cristãos e de sua deslegitimação no meio político oficial que perpassa o pós-Segunda Guerra, quando no Brasil "voltou a prevalecer uma valorização do papel feminino associado ao lar, em torno do triângulo mãe-esposa dona-de-casa" (Ostos, 2012, p. 17). Marieta resistiu a essa objetivação: mesmo que possa ter sido constrangida por homens, candidatou-se como deputada federal por Minas Gerais em 1946, não sendo eleita, e continuou a frequentar encontros regionais e nacionais da UDN até 1950, conforme buscas na HBND evidenciam.

Ademais, a partir do relato de Sebastião Nery, fica evidente que pesquisas na HBND, para além dos limites espaciais definidos, podem ser frutíferas para estudos sobre intelectuais. Isso, considerando que o texto de Nery é de 1999 e o nosso estudo compreendeu entre os anos de 1929 e 1945. No entanto, ao prosopografarmos intelectuais, é essencial o cuidado para não sermos vítimas do que Sirinelli (2015, p. 244-245) chama de "síndrome do mineiro":

> [...] de tal forma a abundância do material a ser tratado torna atuais estas frases de Tocqueville: "Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro". [...] o pesquisador [...] corre o risco de ver seu estudo sufocado, mais que recheado, pela [...] "filoxera das fichas", fichas estas suscitadas por um grupo social onde todos têm, em essência, a pena sempre alerta.

O autor reconhece o acúmulo de fontes que a prosopografia exige, mas mostra-nos que o que termina não é a pesquisa, e, sim, o tempo que se

---

[15] Associação de leigos católicos, criada em 1922 por Jackson de Figueiredo, em iniciativa do cardeal Dom Sebastião Leme, para congregar a intelectualidade católica brasileira nos debates religiosos (Haydn, 2022).

[16] O banco de dados *on-line* "Intelectuais", criado e coordenado pela pesquisadora Amanda Haydn, dispõe de amplos dados sobre as sociabilidades da família Jacobina Lacombe.

tem para a entrega da pesquisa. Portanto, é de extrema importância que o(a) historiador(a) da Educação disponha de organização, de empenho e de reconhecimento de limites, cenário em que a História Digital muito pode auxiliar. Além desse acúmulo, estudos de biografias coletivas acarretam uma considerável produção de fichas categóricas – ou *metadados* na linguagem da História Digital – que, posteriormente, auxiliam na produção bibliográfica de diferentes estudiosos.

Por fim, vale uma reflexão provocada por Prado (2021, p. 7), em relação ao uso das fontes hemerográficas, de que existe uma "diferença substancial entre pesquisar um jornal que foi digitalizado [como é o caso da experiência aqui problematizada] e um jornal que já nasceu digital". No primeiro caso, o pesquisador recorre, comumente, a métodos e técnicas idênticos aos de "pesquisa que empregariam na análise do jornal impresso, o que faz com que, nesses casos, a mudança ocorrida no tipo de suporte no qual as informações estão registradas não resulte em alterações metodológicas no trabalho do historiador" (Prado, 2021, p. 7). Assim, os novos desafios dizem respeito ao "jornal nascido digital", exigindo-nos

> [...] novos saberes e procedimentos metodológicos para que se possa realizar a crítica documental e produzir conhecimento a partir da interpretação de um tipo de fonte caracterizada pela hipertextualidade, pela interatividade e pela convergência de diversos tipos de mídias: textos, vídeos, fotografias, áudios etc. (Prado, 2021, p. 7).

Contudo, problematizamos, nesse caso, que os materiais digitalizados pela BNDigital trazem para os historiadores uma vantagem que, indiscutivelmente, favorece o trabalho e diminui, consideravelmente, o tempo de pesquisa, que é a possibilidade de realização de busca ativa por palavras ou frases exatas, em vez de se realizar, obrigatoriamente, a leitura de páginas e páginas de todo um jornal. Certamente, o procedimento exige que a leitura abranja para além de trecho destacado, o que não implica a leitura de todo o volume ou o número do jornal.

Nesse percurso metodológico, outro desafio que se coloca é como organizar, tratar, categorizar e analisar o conjunto de informações extraídas das diferentes fontes, o que discutiremos, em seguida, a partir de outra ferramenta digital.

5 O *software* MaxQDA na análise prosopográfica

Feito o levantamento de dados, que é "a parte mais longa do trabalho", a análise prosopográfica pode ocorrer por meio "de técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes" (Charle, 2006, p. 48). Cada vez mais pesquisadores na História da Educação lançam mão da História Digital a fim de dinamizar o processo analítico prosopográfico (Alves, 2023; Haydn, 2022; Silva, 2018).

Dentre as possibilidades de uso de *software*[17], vimos utilizando o MaxQDA, que permite, em um único espaço de trabalho digital, organizar os documentos, interpretar e analisar as fontes, criar *insights*, armazenar codificações/categorizações e produzir os demais dados e metadados da pesquisa. São, da mesma forma, primorosos os *backups* frequentes que o próprio programa faz, viabilizando arquivamento recorrente em nuvem de todo um projeto e sua não obliteração em casos de defeito de *hardware*.

São múltiplas as possibilidades de uso do MaxQDA, as quais podem ser exploradas em fórum *on-line* ou em cursos gratuitos e virtuais da provedora[18]. Aqui, apresentaremos uma proposta para estudos prosopográficos a partir da Análise de Conteúdo (AC).

A AC requer interpretações críticas e contextuais com o objetivo de localizar inferências e vinculações sociais e políticas que os documentos e os dados possuem com os seus períodos de produção (Constantino, 2002). Prossigamos o debate tendo como referência a imagem 3, que apresenta a interface da área de trabalho

[17] Haydn (2022) dispõe de amplo debate sobre outros *softwares* e afins para uso em pesquisas prosopográficas.
[18] MAXQDA. *MAXQDA*: All-In-One Tool for Qualitative Data Analysis. Disponível em: https://www.maxqda.com/. Acesso em: 20 jul. 2024.

do *software* MaxQDA.

Imagem 3 – Interface do software MaxQDA



Fonte: elaboração própria.

Dividimos a imagem 3 em quatro áreas. A "**ÁREA 1**" volta-se ao arquivamento de documentos no MaxQDA. O próprio usuário é responsável pelo *download* de arquivos digitais em *sites* e por fotografar ou imbuir operações similares em documentos físicos ainda não digitalizados para posteriormente subi-los (*upload*) no *software*.

Casos de transferência de arquivos físicos para o formato digital devem seguir "cadeia de custódia", isto é, via ação refletida e de procedimentos que garantam "a inteireza do conteúdo" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 201). As dimensões de um folhetim, as observações a lápis em um impresso, as páginas em branco entre folhas de um manuscrito, o tipo de material em que uma revista foi produzida, enfim, as marcas que o tempo remete e alavanca em documentos históricos não podem ser ignoradas em uma captação digital!

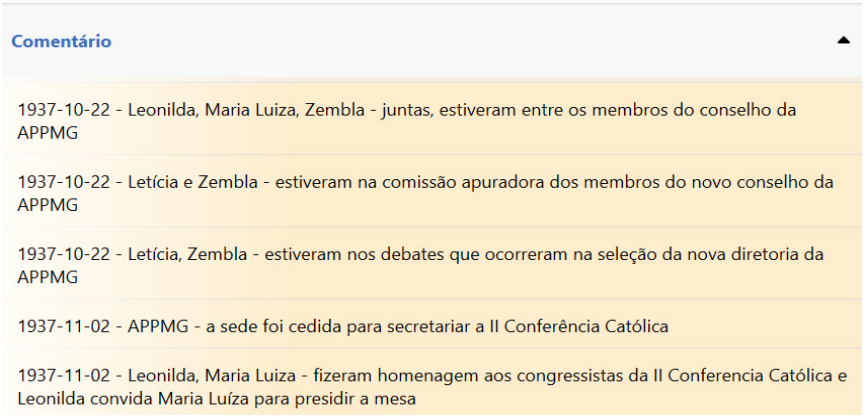
Sugerimos que a "**ÁREA 1**" seja organizada em pastas que evidenciem quais documentos e dados advêm de determinado ambiente. Como exemplo, na imagem 3, imediatamente superior a "01 - Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital", há um ponto roxo indicando permissão ao *software* para leitura da pasta e, logo acima, quantos documentos ali há alocados: 665. À frente da pasta, há quantas vezes categorizamos os documentos: 988. Na mesma ordem que tal organização evidencia as potencialidades da HBND em estudos sobre mulheres intelectuais e editoras da educação, também nos mostra, cientistas da História, a importância de organizarmos e de publicizarmos metadados que influenciem pares no uso de acervos e de boas ferramentas digitais hoje disponíveis (Brasil; Nascimento, 2020).

Na "**ÁREA 2**", há os códigos de categorização. Na AC, a prévia consulta às fontes e a definição dos fundamentos teóricos e metodológicos são pontos de referência para o desenvolvimento de códigos/categorias que permitirão generalizar elementos contextuais na análise investigativa (Constantino, 2002). Em nosso caso (imagem 3), criamos os códigos "Contexto" para dados sobre a geração e os campos intelectual, editorial e educacional que as professoras perpassaram; em "História e Materialidade" reunimos informações acerca do projeto editorial e da materialidade da *Revista Educando*; por sua vez, "Quadro Prosopográfico" dispõe os itinerários e as redes de sociabilidades em que elas estiveram engendradas. Os números à frente dos códigos

especificam quantas categorizações ali há.

Na "**ÁREA 3**", ocorre a prática de categorização propriamente dita. Em suma, ali se analisam os documentos da "**ÁREA 1**" e deles se extraem e se remetem categorizações aos códigos/categorias da "**ÁREA 2**". O *software* permite que cada categorização contenha um breve comentário do usuário. Sugerimos que isso se volte para a produção de metadados que facilitem a visualização sequencial de acontecimentos prosopográficos, como segue (imagem 4).

Imagem 4 – Exemplo de comentários em codificações no MaxQDA



Fonte: MaxQDA por meio de categorizações nossas.

Na "**ÁREA 2**" da imagem 3, um duplo clique com o botão esquerdo do *mouse* em um código exibiria uma janela com os comentários nas categorizações dali. Como se vê na imagem 4, organizamos os comentários em metadados da seguinte maneira: "AAAA/MM/DD – sujeita(s) – comentário". Isso, junto ao fato de o *software* sequenciar a exibição dos comentários em ordem alfanumérica, permitiu-nos captar sociabilidades e projetos comuns entre as editoras da *Revista Educando* em algum ínterim. Vejamos: nos metadados na imagem 4, podemos compreender que Letícia Chaves e Zembla Chagas engajaram-se juntas no associativismo, em outubro de 1937. Da mesma forma, encontravam-se Leonilda Montandon e Maria Luíza de Almeida Cunha, as quais também se envolveram na organização de evento católico de âmbito nacional, em novembro do mesmo ano.

Apesar de tal organização auxiliar no processo analítico, ela nos exige constante atenção para que não submetamos as mulheres prosopografadas à coisificação, isto é, considerá-las "como um grupo definido e homogêneo" (Haydn, 2022, p. 46). Desse modo, jamais podemos perder de vista no processo analítico as posições, os itinerários, os projetos individuais e o coletivo das mulheres biografadas.

Por fim, a "**ÁREA 4**" da imagem 3 evidencia ferramentas diversas do MaxQDA que, a partir dos metadados das demais áreas, são utilizados para desenvolvimento de relatórios, bancos de dados, gráficos e afins. É algo de interesse às pesquisas prosopográficas brasileiras, que em seu cerne almejam disseminar informações a fim de "facilitar o trabalho de futuras pesquisas, inclusive aquelas" com uma "perspectiva comparada entre os diversos casos nacionais" (Haydn, 2022, p. 42), assim buscando a "integração com a historiografia latino-americana" e internacional (Castro, 2016, p. 63).

Tais materiais permitem a ampla comunicação entre prosopografos. Por exemplo, o banco de dados "Intelectuais", criado por Haydn em pesquisa de doutorado (2022), oferece dados biográficos de redes focalizadas no Rio de Janeiro e vinculadas ao ensino cristão, em especial, por meio da produção periódica, entre 1930 e 1934. Em

mesma ordem, estão os metadados que apresentamos na pesquisa de mestrado, por meio dos quais evidenciamos a presença de homens e mulheres que se engajaram em prol do Ensino Ativo em Minas Gerais, ao lado das editoras da *Revista Educando*, entre 1927 e 1945. Ao listarem indivíduos, de um sexo e outro, comuns aos estudos, tais produções expandem leituras prosopográficas sobre mulheres, evidenciando imbricações que ultrapassam limites puramente geográficos de projetos nos campos intelectual, editorial e educacional no Brasil de uma época.

Tem-se, então, que o emprego da História Digital amplia o diálogo entre pesquisadores, contrariando a fala, recorrentemente, difundida tanto no senso comum quanto na academia de que a tecnologia distancia as pessoas. Em mesma lógica, ressaltamos que a publicização de metadados prosopográficos democratiza o acesso às informações sobre mulheres ao permitir "estratégias narrativas de confrontação de 'passados-presentes' com a sociedade" e "ponderações sobre práticas do campo da História, do trato com o passado e suas implicações nas estruturas de *bits* e *bytes* de atualizações aceleradas, ainda incipientes principalmente no cenário historiográfico brasileiro" (Castro, 2016, p. 260).

6 Considerações finais

Como vimos, movimentos sociais e reformulações paradigmáticas da História influenciaram no aumento de estudos, na História da Educação, que tomam as mulheres como protagonistas em diferentes áreas. Porém, observa-se, ainda, uma escassez de produções que destaquem a formação e a presença feminina na criação e na mediação de saberes, em especial no campo da editoria de periódicos científicos e pedagógicos. Diante disso, neste artigo problematizamos a dimensão teórico-metodológica de uma pesquisa de mestrado que utilizou um volume considerável de fontes digitais, bem como refletimos sobre a coleta e a análise de fontes com vista a contribuir à produção de uma História da Educação centrada em mulheres intelectuais e editoras, bem como em outros personagens, historicamente, pouco visibilizados.

Dialogando com os referências da História dos Intelectuais, e de autoras que problematizam o uso do termo no masculino, utilizamos o método prosopográfico – ou método das biografias coletivas – ancorado pelas oportunidades que a História Digital oferece em termos de ampliação de repositórios, acervos e novas fontes; em especial, discutimos possibilidades, desafios e cuidados no uso de dados disponibilizados pelas mídias digitais, bem como no acervo disponibilizado pela Hemeroteca Digital BNDigital.

Vimos que, mesmo na materialidade dos *bits*, quaisquer documentos carecem de análise e crítica antes de serem considerados fontes. Também, que periódicos são espaços de representações do real e não de verdades absolutas, portanto, não nos dispensam do acesso a outras fontes a fim de cruzarmos e/ou triangularmos informações.

Com o advento e a popularização do acesso à *internet*, especialmente, a partir do começo deste século, o acesso a fontes digitais disponíveis na *web* coloca em alerta as pesquisadoras e os pesquisadores da História da Educação em relação à necessidade de se revisitar o método da crítica histórica, fundamentalmente mediante os usos públicos das mídias digitais, bem como os processos de transformação das fontes imprensas em fontes digitalizadas, processo que implica a fidedignidade entre original e cópia.

Junto, entretanto, novos desafios se colocam aos pesquisadores, oportunidades de inovação metodológica, mediada pelas tecnologias digitais, se fazem presente, especialmente, nas etapas cruciais da análise dos dados e na produção da narrativa histórica, como destacamos, em relação ao uso do *software* MaxQDA.

Oportuno, ainda, destacarmos que a presença das tecnologias digitais no ofício da historiadora e do historiador da educação, que "pratica a história da era digital" (Prado, 2021), coloca, também, como desafio tanto o manejo habilidoso dos recursos da informática quanto a reflexão sobre o impacto dessas tecnologias na produção de uma historiografia que dê visibilidade às experiências humanas protagonizadas pelos sujeitos invisibi-

lizados na História.

Referências

ALMEIDA, M. G. Cemitério do Bonfim – Arte, e Educação Patrimonial. *In*: CIPICEU, 4., Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Instituto Izabela Hendrix, 2019.

ALVES, C. Contribuições de J F-Sirinelli à História dos Intelectuais da Educação. *Educação e filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALVES, L. J. M. *Mulheres intelectuais na mentoria e editoria da "Revista Educando" em Minas Gerais (1940-1945)*. 2023. 450 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011.

AYERS, E. The Pasts and Futures of Digital History. *History News*, Nashville, v. 56, n. 4, p. 5-9, 2001. Disponível em: https://scholarship.richmond.edu/history-faculty-publications/114/. Acesso em: 30 ago. 2024.

BARROS, J. D. Uma teoria é um modo de ver. *Interfaces da Educação*, Dourados, v. 10, n. 29, p. 28-57, 2019. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3901. Acesso em: 30 ago. 2024.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. Uma revolução conservadora na edição. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 198-249, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p198. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/. Acesso em: 30 ago. 2024.

CASTRO, R. F. de. Prosopografia dos comunistas brasileiros (1922-1934). *In*: JEIFETS, L.; JEIFETS, V.; URREGO, M. (org.). *Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina Morelia*. Morelia: Morevalladolid, 2016.

CHAMON, C. S. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade*. 2005. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva. *In*: HEINZ, F. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, R. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp: Imprensa Oficial, 1999.

COHEN, D. J. *et al.* Interchange. *The Journal of American History*, [*s. l.*], v. 95, n. 2, p. 452-491, 2008. Disponível em: https://academic.oup.com/jah/article-abstract/95/2/452/707613. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSTANTINO, N. S. Pesquisa histórica e análise de conteúdo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 183-194, 2002. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/23794. Acesso em: 30 ago. 2024.

COSTA, M. A. Tecnologia, temporalidade e História Digital. *Revista Mosaico*, Vassouras, v. 8, n. 2, p. 155-163, 2015. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4428. Acesso em: 30 ago. 2024.

COUTINHO, S. M.; CASTRO, C.; RIBEIRO, A. E. (org.). *Edição, s.f.* 2. ed. Belo Horizonte: Entretantas, 2023.

DE LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil.* Alto da Lapa: Contexto, 2008.

DIA 30. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano IV, ed. 33, p. 393, nov. 1932.

FARGE, Arlete. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FIALHO, L. M. F. *et al.* Mulheres na História da Educação. *Educ. Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 1, p. 3-7, 2019. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/18199. Acesso em: 30 ago. 2024.

GUEDES, R. S.; PASSOS, D. O. R. A presença das mulheres na história da educação no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 167-189, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67213. Acesso em: 30 ago. 2024.

HANSEN, P. S.; GOMES, A. de C. (org.). *Intelectuais mediadores*: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 3-25.

HAYDN, A. *Como se fabrica um herói católico para a educação.* 2022. 433 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_1a9a526911c996c2f2447cc71a8ba5cd. Acesso em: 30 ago. 2024.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, J. (org.). *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LE GOFF, J.; NORA, P. *História*: novas abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. *Território plural*: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINS-RIBEIRO, A.-F.; DUDEQUE-PIANOVSKI-VIEIRA, A.-M. A prosopografia: estado do conhecimento acerca da metodologia no Brasil. *Historia y Sociedad*, [*s. l.*], v. 44, p. 203-230, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.15446/hys.n44.101054. Acesso em: 10 abr. 2025.

MOREIRA, R. Rejane Dias, uma autêntica editora. *In*: RIBEIRO, A. E.; PEREIRA, M. do R.; MOREIRA, R. (org.). *Prezada editora*. Belo Horizonte: Contafios, 2021.

NERY, Sebastião. O 'Mini-stério' do Tertuliano Cardoso, o frívolo, o peralta. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, Ano L, ed. 15.107, 19 jul. 1999. Economia, p. 6.

ORLANDO, E. Mulheres Intelectuais, cultura e educação no Brasil. *Caminhos da Educação*, Teresina, v. 2, n. 3, p. 3-9, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2392. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORLANDO, E. Mulheres Intelectuais: onde elas estão em nossa História? *In*: ORLANDO, E. A.; MESQUIDA, P. (org.). *Intelectuais e Educação*: contribuições teóricas à História da Educação. Porto Alegre: Fi, 2021.

OSTOS, N. S. A questão feminina. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 39, p. 313-343, 2012. Disponível em: https://encurtador.com.br/EdHer. Acesso em: 30 ago. 2024.

PEIXOTO, A. M. C. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003. (Estudos CDAPH).

PEREIRA, M. R. Zahiné Muzart e Editora Mulheres. *In*: RIBEIRO, A. E.; PEREIRA, M. do R.; MOREIRA, R. (org.). *Prezada editora*: mulheres no mercado editorial brasileiro. Belo Horizonte: Contafios, 2021. p. 121-143.

PRADO, G. Por uma história digital. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. 1-35, 2021. Disponível em: https://encurtador.com.br/IPYlm. Acesso em: 30 ago. 2024.

RIBEIRO, A. E. *Como nasce uma editora*. Belo Horizonte: Entretantas, 2023.

RIBEIRO, A. E. Mulheres editoras de livros (literários). *In*: GRUSZYNSKI, A. C.; MARTINS, B. G.; GONÇALVES, M. S. *Edição*: agentes e objetos. Belo Horizonte: GP, 2018.

SARLO, B. Intelectuales y revistas. *América*, Paris, v. 9-10, p. 9-16, 1992. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 30 ago. 2024.

SILVA, E. C. Prosopografia. *Licencia&acturas*, Ivoti, v. 6, n. 1, p. 56-65, 2018. Disponível em: https://encurtador.com.br/tznid. Acesso em: 30 ago. 2024.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 231-270.

STONE, L. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 115-137, 2011. Disponível em: https://encurtador.com.br/Qrfw7. Acesso em: 30 ago. 2024.

TELLES, A. M. V. *História da educação brasileira*. 2015. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unioeste, Cascavel, 2015.

THOMPSON, J. B. *Mercadores de cultura*: o mercado editorial no século XXI. São Paulo: Unesp, 2013.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. *História Oral*, Florianópolis, v. 5, p. 9-28, 2009. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47. Acesso em: 30 ago. 2024.

TIZOTT, S. *Mulheres intelectuais, educação, religião e cultura*. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares. *In*: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). *A cultura escolar em debate*: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G. Humanidades digitais e cultura material (escolar). *History of Education in Latin America*, Natal, v. 5, e 30136, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/30136. Acesso em: 30 ago. 2024.

VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. Arquivos e Educação. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 29, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329. Acesso em: 30 ago. 2024.

XAVIER, L. N. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais. *In*: HANSEN, P. S.; GOMES, A. M. de C. (org.). *Intelectuais mediadores*: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Lucas José Magalhães Alves

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Mestre em Educação (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (PPGE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Historiador (2016) pelo Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam). Pesquisa na área da História da Educação com foco em instituições escolares, mulheres intelectuais, redes de sociabilidade e biografias coletivas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHHEB) da Faculdade de Educação (FaE-UEMG).

Vera Lúcia Nogueira

Doutora (2009), Mestre (2002) em Educação e Pedagoga (1995) pela Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou pós-doutorado na mesma instituição. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura em História da FaE/UEMG.

Atua nas áreas de Políticas Públicas e História da Educação. Pesquisadora do campo da História da Educação e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHHEB) da FaE/UEMG.

Endereço para correspondência

LUCAS JOSÉ MAGALHÃES ALVES

Rua Mulungu, 829, ap. 504 – Eldorado, 32310-380

Contagem, Minas Gerais, Brasil

VERA LÚCIA NOGUEIRA

Av. Prudente de Morais, 444 – Cidade Jardim, 30380-002

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Como citar este artigo

José Magalhães Alves, L., & Lúcia Nogueira, V. A Prosopografia e a História Digital no estudo de mulheres intelectuais, editoras e professoras na História da Educação. Estudos Ibero-Americanos. https://doi.org/10.15448/1980-864X.2026.1.46793

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.